

POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

Paula Gouvea¹

Danilo Pedro Jovino²

Resumo:

O presente trabalho objetiva-se fazer a discussão sobre a diminuição da pobreza e a melhora dos índices socioeconômicos e sociais do país e como referência local o município de São Borja-RS. Utilizando da triangulação metodológica entre qualitativa e quantitativa e os métodos histórico, estatístico, hermenêutico e comparativo com o intuito da melhor compreensão do fenômeno em questão. A pesquisa observou que dos anos de 1990 a 2010, houve um grande avanço nos indicadores socioeconômicos, mais concentrados nos anos de 2000 à 2010. Entre este espaço temporal observamos que entre os anos de 2003 à 2008 houve uma queda brusca da extrema pobreza no país, ao qual observamos que houve um aumento na Renda do município de São Borja e uma grande diminuição da proporcionalidade dos vulneráveis à pobreza. Observou-se também que de 1991 à 2000, o número cai 11,89%, e de 2000 à 2010 cai 21,36% ou seja, quase dobrou o número de pessoas que saíram da proporcionalidade de extrema pobreza. O mesmo período foi marco histórico, pois foi implementado uma política pública social a nível federal no ano de 2004, sob a Lei nº 10.836 denominada Bolsa Família, onde contribuiu significativamente na diminuição dos índices de pobreza e extrema pobreza no Brasil, por sua vez melhorando outros indicadores sociais e econômicos, como IDHM e Renda.

Palavras-chave: Pobreza; Desigualdade Social; São Borja; Bolsa Família;

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

¹ Aluno de graduação. paulamachadogouvea@gmail.com. Autor principal

² Aluno de pós-graduação. danilopedro_gda@hotmail.com. Orientador

POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

1 INTRODUÇÃO

São Borja é um município localizado no estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina, fundado em 1682 pelos padres Jesuítas, sendo na época o primeiro povoado dos sete das Missões, é também uma das civilizações mais antigas do Brasil, e a mais antiga do estado gaúcho. Esta cidade é berço de figuras políticas marcantes para o cenário brasileiro, como Getúlio Vargas (14º e 17º presidente do Brasil) e João Goulart (24º presidente do Brasil).

Localizada a 491 km de distância da capital do estado Porto Alegre, possui um decréscimo populacional nos últimos 10 anos, em nível de indicadores socioeconômicos, ela ocupa a 876ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, e 179ª posição no estado. A proporcionalidade da pobreza, ou seja, de pessoas pobres com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 41,08%, em 1991, para 24,37%, em 2000, e para 8,98%, em 2010, demonstrando um grande avanço na primeira década do século XXI. Reforçando estes dados, podemos acompanhar a evolução da desigualdade de renda entre o final do século XX e início do XXI podendo ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,64, em 1991, para 0,59, em 2000, e para 0,55, em 2010. Este crescimento de 2000 a 2010 é problemática da presente pesquisa, buscando compreender quais fatores foram influenciadores no crescimento benéfico dos indicadores sociais.

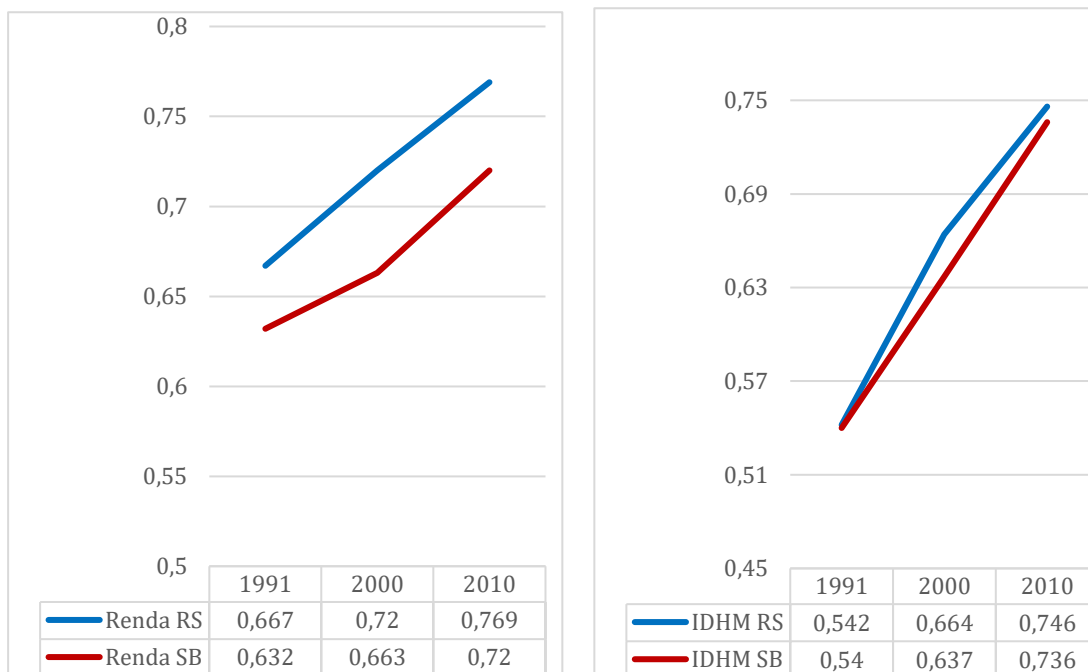
2 METODOLOGIA

A presente investigação se debruça na metodologia qualitativa e quantitativa, pois a triangulação metodológica resultará na melhor compreensão do fenômeno em questão. No tocante das ferramentas de pesquisa, a mesma é pautada pelo método historiográfico, estatístico, hermenêutico e comparativo, para entender essa mudança pelos anos desta problemática.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

São Borja, historicamente encontra-se abaixo do padrão que envolve o estado no sentido dos indicadores socioeconômicos e sociais. Abaixo segue uma comparação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM e a Renda.

Gráfico 01: Números totais em Renda e IDHM entre o estado Rio Grande do Sul e o município de São Borja (1991-2010)



Fonte: PNUD 2012

Os números apontam que São Borja nos anos apresentados em resultados gerais, não acompanha o padrão do estado, o indicador Renda possui uma diferença grande entre o município e o estado, ou seja a Renda em 2000 diminuiu em comparação ao Rio Grande do Sul e aumentou um pouco em 2010. Ou seja, a pobreza de 1991 a 2000 cresceu, e diminuiu um pouco em 2010. O IDH no início da década de 90 era parelho ao estado, houve uma diminuição em 2000 em comparação ao crescimento do estado e um aumento em 2010.

O crescimento entre 2000 e 2010 é a reflexão desta pesquisa, que busca compreender o que influenciou para esta melhora, especificamente na desigualdade da Renda, em um cenário onde a pobreza impacta diretamente na melhora do IDHM, como em prática ocorreu.

De acordo com a autora (SILVA, 2009, p.157) pode-se entender que a pobreza da seguinte forma “(...) é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política.”

O pico da extrema pobreza da última década do século XX foi no ano de 1993, após isto ela decresce e fica entre 16,5% a 17,5% até 2003 (dez anos). Após este ano a pobreza decresce bruscamente até a menor proporção no ano de 2008. Abaixo segue o gráfico demonstrando a evolução da pobreza no Brasil

Gráfico 02: Evolução temporal da extrema pobreza: Brasil, 1990 a 2008



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2008.

Ao encontro destes dados temos na primeira década do século XXI, um governo no âmbito federal onde pautou políticas públicas sociais como prioridades, ou seja, ações voltadas aos mais vulneráveis do país.

Uma das medidas utilizadas para a garantia desses direitos sociais e como tentativa de solucionar as desigualdades, são Políticas Públicas de âmbito social, dentre elas, os programas assistenciais de transferência de renda. Atualmente um dos maiores programas de distribuição de renda é o Bolsa Família (BF), que é a execução de ampliações de programas que já existiam.

Dos anos 1996 a 2003, os programas sociais de transferência de renda eram muitos e cada um buscava solucionar uma problemática da sociedade. O Bolsa Escola criado em 2001, concedia um valor mensal para famílias que possuísem renda inferior a R\$ 90,00 e que os filhos tivessem 85% de frequência escolar, como uma maneira de incentivar a busca a educação e para que a família tivesse condições mínimas de manter o filho no ambiente escolar. A Bolsa Alimentação de 2001, destinava o valor de R\$ 15,00 até R\$ 45,00 por mês, há famílias com renda inferior a R\$ 90,00 buscando melhorias na desnutrição. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) de 1996, visava através de um auxílio financeiro proteger crianças e adolescente do trabalho. O Auxílio Gás criado em 2002, concedia o valor de R\$ 15,00 para famílias com renda per capita R\$ 100,00.

Com a Medida Provisória 132 em 2003 que futuramente se torna a Lei Federal nº 10.836 em 2004, é estabelecida a unificação e a ampliação de todos esses programas, que se tornam parte de um único programa denominado Bolsa Família. Dentre os objetivos dessa Política Pública de distribuição de renda condicionada, está a garantia de direitos sociais aos indivíduos em situação de vulnerabilidade, através do programa esses indivíduos têm um apoio maior para conquistar uma emancipação, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS relata:

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência

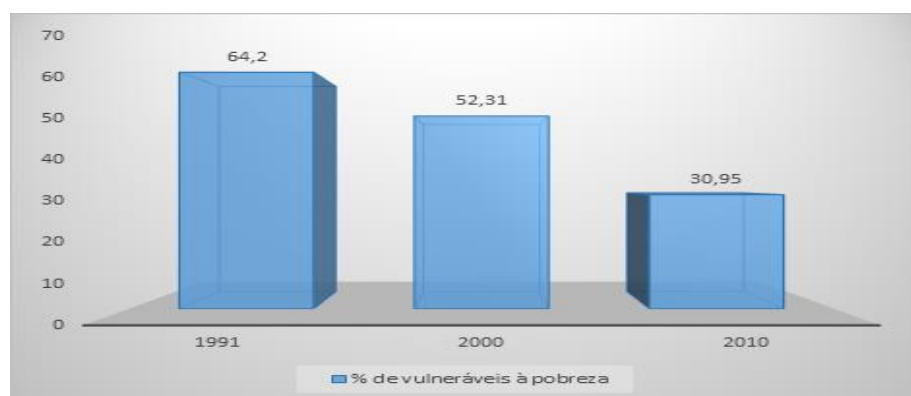
social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

No gráfico 01, podemos observar os índices de IDHM e Renda entre o estado do Rio Grande do Sul e do município de São Borja, e obtemos a informação de que o IDHM do estado cai, de 2000 à 2010, enquanto o do município permanece crescendo. A Renda no estado dos mesmos anos permanece crescendo, porém o município cresce mais.

O gráfico 02 apresenta a evolução temporal da extrema pobreza no país, pudemos observar que nos anos de 2000 à 2010 a mesma apresentou uma queda brusca desde 1990, demonstrando que houve alguma ação do governo (políticas públicas) que motivou a diminuição da pobreza no Brasil.

Abaixo, encontra-se o gráfico reunindo a proporcionalidade do número de vulneráveis à pobreza no município de São Borja - RS, no período de 1991 à 2010.

Gráfico 03 - Proporcionalidade de vulneráveis a pobreza no município de São Borja - RS (1990 - 2010)



Fonte: PNUD 2012

O gráfico acima, objetivou-se demonstrar como se distribuiu a proporcionalidade dos vulneráveis a pobreza no município de São Borja - RS, constatamos que de 1991 à 2000, o número cai 11,89%, e de 2000 à 2010 cai 21,36% ou seja, quase dobrou o número de pessoas que saíram da proporcionalidade de extrema pobreza.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou-se fazer a discussão da diminuição da pobreza e a melhora dos índices socioeconômicos e sociais do país e como referência local o município de São Borja no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa observou que dos anos de 1990 a 2010 houve um grande avanço nos indicativos socioeconômicos, mais concentrados nos anos de 2000 à 2010.

Entre este espaço temporal observamos que entre os anos de 2003 à 2008 houve uma queda brusca da extrema pobreza no país, ao qual observamos que houve um aumento na Renda do município de São Borja e uma grande diminuição da proporcionalidade dos vulneráveis à pobreza, observou-se que de 1991 à 2000, o número cai 11,89%, e de 2000 à 2010 cai 21,36% ou seja, quase dobrou o número de pessoas que saíram da proporcionalidade de extrema pobreza.

Neste mesmo contexto, há a implementação de uma política pública social a nível federal, no ano 2004, através da Lei nº 10.836 denominada Bolsa Família que contribuiu de maneira significativa na diminuição dos índices de pobreza e extrema pobreza no Brasil. Tais índices contribuem através da transferência de renda condicionada, resultando assim, em uma melhoria nos níveis socioeconômicos e sociais.

Contudo, podemos entender através da análise dos indicativos somado a panorâmica contextual da pobreza no país, junto com a política social de larga escala Programa Bolsa Família, podemos afirmar que o mesmo contribuiu na melhora dos índices de Renda, por sua vez melhorando outros indicativos sociais, como IDHM e por fim contribuindo na diminuição da extrema pobreza brasileira.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. In: KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Políticas públicas sociais**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BACHA, Edmar Lisboa; SCHWARTZMAN, Simon. **Brasil: A nova agenda social**. In: SOUZA, André Portela; **Políticas de distribuição de renda no Brasil e o Bolsa Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Desigualdade, pobreza e programas de transferência de renda na América latina**. Editorial. São Luís. Revista de Políticas Públicas. V.13. n.2. p. 157, 2009.

Sites

<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>

[Acessado em: 15/05/2018 as 23:30]

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/tab155.shtm>

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=18760&t=destaques>

http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19153 [Acessado em: 25/03/2018]

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_BolsaFamilia.pdf [Acessado em: 14/09/2018 as 14:20]

<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/bolsa-familia> [Acessado em: 15/09/2018 as 19:16]